

5-2012

Electronic Government: Narrowing the Information Systems research field

Vanessa Marques Daniel

Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul, vanessa.daniel@acad.pucrs.br

Marie Anne Macadar

Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul, marie.macadar@pucrs.br

Follow this and additional works at: <http://aisel.aisnet.org/confirm2012>

Recommended Citation

Daniel, Vanessa Marques and Anne Macadar, Marie, "Electronic Government: Narrowing the Information Systems research field" (2012). *CONF-IRM 2012 Proceedings*. 63.

<http://aisel.aisnet.org/confirm2012/63>

This material is brought to you by the International Conference on Information Resources Management (CONF-IRM) at AIS Electronic Library (AISEL). It has been accepted for inclusion in CONF-IRM 2012 Proceedings by an authorized administrator of AIS Electronic Library (AISEL). For more information, please contact elibrary@aisnet.org.

Electronic Government: Narrowing the Information Systems research field

Vanessa Marques Daniel
Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul, Brazil
vanessa.daniel@acad.pucrs.br

Marie Anne Macadar
Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul, Brazil
marie.macadar@pucrs.br

Abstract

This paper aims to analyze how electronic government research field is established by using Agarwal and Lucas Jr. (2005)' concepts. Drawing on a review of the full set of articles published in *Government Information Quarterly (GIS)* over the past five years, we argue that there is a lack of balance between micro and macro studies in IS field. We also found greater efforts in micro-focused studies in IT artifacts.

Keywords:

Information Systems, Electronic Government, IS identity crisis

1. Introdução

A área de sistemas de informação (SI) emerge como uma disciplina acadêmica e um campo de pesquisa na década de 1970, e mesmo passado mais de 30 anos de sua concepção, os progressos realizados para a busca da legitimidade do campo ainda não são suficientes (BENBASAT; ZMUD, 2003). Há muitas discussões na área de SI a respeito de uma provável crise de identidade presente no campo de pesquisa. Essas discussões apresentam possíveis causas para a existência dessa inquietação, e, entre elas, a ausência de núcleo teórico é considerada uma das maiores preocupações dos pesquisadores. No campo de SI existem diversos nichos de pesquisa, nos quais se pode destacar a temática Governo Eletrônico (e-Gov) que Scholl (2006) define como uma interface entre governos e SI. Essa interface busca a prestação de serviços por governos tanto para os cidadãos quanto para o próprio governo. De acordo com Scholl (2006), ao passo que alguns estudiosos percebem essa tecnologia apenas como modismo, outros encaram como reformulação da gestão das informações no governo.

A área de e-Gov, que há poucas décadas era uma atividade desconhecida, hoje tem crescido fortemente como um termo, como uma atividade e como um tópico de pesquisa (HEEKS; BAILUR, 2007). Atualmente, existem programas de mestrado que abordam exclusivamente e-Gov, conferências que ocorrem anualmente, revistas que se dedicam a publicar prioritariamente temas de e-Gov e livros que se referem ao tema (HEEKS; BAILUR, 2007). Visto que e-Gov está incluso no campo de pesquisas em SI, este estudo possui como objetivo analisar como está estabelecida a área de pesquisa em e-Gov, e através dos conceitos de Agarwal e Lucas Jr. (2005) sobre núcleo teórico em SI ponderar se as pesquisas no campo estão sendo encaminhadas para a busca de sua identidade, ou se há ainda um caminho a trilhar.

O presente trabalho está estruturado da seguinte forma: primeiramente, faz-se uma revisão teórica a respeito das discussões que envolvem os temas núcleo teórico e crise de identidade

em SI. A seguir, são apresentadas as discussões que permeiam as pesquisas em e-Gov, e a posteriori são abordadas ponderações sobre as pesquisas no campo aliadas com as proposições de Agarwal e Lucas Jr. (2005), em busca de delimitar as pesquisas no campo.

2. Metodologia

Com o objetivo de mapear estudos em e-Gov, buscou-se uma revista que tivesse entre suas principais temáticas a do assunto em questão e que o periódico tivesse classificação A1, de acordo com a avaliação *Qualis*. Nessa busca, encontrou-se na base de dados *Qualis* apenas um periódico que se enquadrava nos requisitos estabelecidos: *Government Information Quarterly*.

O presente periódico possui publicações trimestrais, e, esporadicamente, são realizadas edições especiais com temas propostos pelos editores da revista. No processo de seleção dos artigos foram desconsideradas as edições especiais, pois foi constatado que seus temas centrais não focavam em e-Gov. O recorte temporal de edições analisadas foi de 2007 à 2011, totalizando um período de cinco anos com 20 volumes de publicações da revista. Neste período, a revista publicou um total de 220 artigos, porém, como esse periódico não tem e-Gov como um tema exclusivo de publicação, em um primeiro momento foi necessário realizar uma seleção dos *abstracts* das publicações, buscando por palavras como: *Electronic Government, e-government, e-Gov, G2B, G2C, G2G, government-to-government*. Nesta primeira seleção, 114 artigos foram selecionados.

Para executar a análise dos dados coletados (os *abstracts*), foi utilizada a técnica de análise de conteúdo. Este método, de acordo com Bardin (1977), trata-se de um conjunto de técnicas de análise das comunicações com o intuito de desbravar os significados de diferentes tipos de discurso, que respeita critérios específicos, nesse caso, as categorias previamente determinadas. A análise de conteúdo, segundo Bardin (1977), é organizada em três fases definidas como: a pré-análise; a exploração do material e o tratamento dos resultados. A pré-análise refere-se à organização do material; a fase da exploração do material envolve os processos de codificação e/ou enumeração das idéias-chave; por fim, o tratamento dos resultados obtidos e a interpretação é em que ocorre a manipulação dos dados brutos.

A análise destes artigos foi realizada através de seus *abstracts*, pois a partir deles pode-se definir o tema central abordado em cada publicação. Com o intuito de responder ao objetivo deste estudo, duas grandes categorias de análise foram determinadas, são elas: artefato de TI e aspectos transformacionais em e-Gov, sendo elas definidas através da literatura (Benbasat e Zmud em 2003; Agarwal e Lucas Jr., 2005). As subcategorias ligadas ao Artefato de TI estão relacionadas aos aspectos restritos à tecnologia. Já as subcategorias ligadas aos aspectos transformacionais relaciona-se a externalidades que a tecnologia proporciona à sociedade. De acordo com a definição destas grandes categorias, subcategorias foram determinadas a posteriori e são expostas na tabela 1:

A categorização dos artigos foi realizada com o apoio do software MaxQda, ferramenta específica para trabalhar análise de conteúdo. Durante o processo de categorização dos artigos, observou-se que alguns artigos não contemplavam o tema e-Gov. Estes então foram descartados, remanescendo exatamente 100 *abstracts* lidos e categorizados.

3. Crise de identidade em sistemas de informação: ela realmente existe?

Benbasat e Zmud (2003) publicaram um artigo que versa a respeito da crise de identidade e ausência de núcleo teórico no campo de SI. Os autores afirmam que para a busca de identidade e de um núcleo teórico as pesquisas devem focar no artefato de TI. Os estudos centralizados no artefato de TI envolvem de maneira geral aspectos referentes à sua

concepção, ao seu uso e ao seu impacto. Outra afirmação feita pelos autores é de que os estudiosos do campo de SI devem focar as suas pesquisas somente nos interesses do seu ambiente de pesquisa. A inclusão de tópicos externos, de temas de outros campos incluídos nas investigações em SI acarretarão numa fuga aos principais objetivos da área, a altos custos em pesquisas que não contribuem, segundo a opinião dos autores, para o desenvolvimento da pesquisa em SI.

Artefato de TI	Aspectos Transformacionais em e-Gov
Desenvolvimento de e-Gov	Mudanças organizacionais e contextuais
Segurança/confiança/risco em e-Gov	Aspectos culturais
Regulamentação em e-Gov	e-Participação
Desenvolvimento do artefato para e-Gov	Políticas Públicas em e-Gov
Adoção em e-Gov	<i>Accountability</i> /transparência
Artefatos e teoria em e-Gov	e-Democracia
Aceitação e uso em e-Gov	
Avaliação em e-Gov	Implicações Sociais e Políticas
Mensuração de e-Gov	
Implementação de e-Gov	
Inovação em e-Gov	Outros

Tabela 1 – Categorias de análise

Fonte: autores

Vistas as argumentações de Benbasat e Zmud (2003) em torno de estabelecer uma identidade para o campo de pesquisa, diversos pesquisadores publicaram artigos que possuem como objetivo debater o tema. Entre as discussões realizadas, existem opiniões divergentes entre a existência ou não de uma crise e também da necessidade ou não de estabelecimento de um núcleo teórico neste contexto.

Primeiramente são apresentadas a visão de pesquisadores que consideram inexistente uma crise no campo de SI. Em seguida, é apresentado o outro lado, daqueles que acreditam que na falta de identidade da área e, portanto, uma crise existencial.

Na concepção de Dufner (2003) não há uma crise no campo e afirma que a comunidade em SI é um grupo heterogêneo inserido em uma grande diversidade de sistemas, e que a centralidade das investigações no artefato de TI, “são inadequadas para descrever a alta complexidade, interdependência e os sistemas distribuídos globalmente hoje” (p.530). Westland (2003), de forma complementar, também acredita na inexistência da crise e na legitimidade da área, e ainda atribui às rápidas mudanças no campo as interpretações errôneas como a crise de identidade.

Power (2003) entende que “sistemas de informação é uma área legítima de investigação e pesquisa científica” (p.540). Ele afirma que a área de SI não necessita estabelecer um paradigma dominante e que os pesquisadores devem estimular as discussões de alta qualidade para desenvolver este ambiente. Myers (2003), por sua vez, não entende o artefato de TI como um fenômeno central para o campo e percebe que esta escolha é equivocada e tem como consequência a restrição de futuras pesquisas.

Em contrapartida, existem pesquisadores que afirmam que a crise de identidade é uma realidade e que é necessária a existência de um núcleo teórico. Iniciando por Deans (2003), ele argumenta que um campo teórico muito amplo é perigoso para a comunidade e que é necessária a delimitação das fronteiras de maneira muito clara, de forma a contribuir ao fortalecimento e legitimidade as pesquisas. Por sua vez Guthrie (2003) pondera que a

restrição dos temas a serem abordados em SI é conveniente, e ainda complementa que independente de qual será a definição do núcleo teórico é salutar a reflexão dos estudiosos a respeito de como suas pesquisas poderão contribuir para o crescimento da área.

Saunders e Wu (2003) compreendem que a melhor forma de extinguir os rumores da crise de identidade é o desenvolvimento de teorias, e ainda reforçam que se a disciplina fosse teoricamente mais forte não teria de “pedir emprestado” às teorias de outras áreas de conhecimento. Já Alter (2003) entende que as discussões que permeiam uma possível crise de identidade são verossímeis a um quebra-cabeça cujas peças não se encaixam bem, e que este problema é difícil de resolver se estas “peças” foram visualizadas de forma isolada.

Para El Sawy (2003), as ponderações de Benbasat, Zmud (2003) e Alter (2003) são perspectivas de uma realidade e não há nada de errado com a forma que eles pensam a área. No entanto, o autor afirma que existem outras formas de olhar este ambiente, são elas: a visão de conexão, a visão de imersão e a visão de fusão. Na visão de conexão, a TI se concentra em questões intra-organizacionais, sendo uma ferramenta de apoio aos indivíduos em seu local de trabalho. Na visão de imersão, a TI está imersa como parte do ambiente de negócios e para que se trabalhe de forma eficaz neste ambiente é necessário modificar a forma como interagimos com indivíduos, grupos e empresas. E no contexto da TI vista como uma fusão, ela se incorpora ao ambiente de negócios e modula a forma de trabalhar de maneira oculta, transformando as fronteiras entre trabalho e vida pessoal.

Alguns autores como McCubbrey (2003) e Holand (2003) não se posicionam quanto à existência ou não de uma crise de identidade no campo.. McCubbrey (2003) acredita que as ideias de Benbasat e Zmud (2003) de ter um foco de pesquisa estreito em SI pode trazer dificuldades, ou até mesmo levar a um retrocesso, em relação a busca por atingir a relevância no campo. Por sua vez, Holand (2003) afirma que embora a abordagem multidisciplinar do campo não ofereça a melhor solução para a área de SI, ela é a tipificação da realidade atual do campo, e também a abordagem que mais se adéqua aos problemas enfrentados pela indústria.

Referindo-se às discussões sobre a existência de um de núcleo teórico e uma crise de identidade em SI, Agarwal e Lucas Jr. (2005) apresentam uma visão alternativa à de Benbasat e Zmud (2003). Para eles, a crise de identidade existe e as preocupações em torno do desenvolvimento de um núcleo teórico em SI são válidas, e ainda ponderam, que a busca pela identidade não pode estar ligada de forma determinista à rede nomológica que cerca o artefato, ou, conforme eles denominam, em estudos micro. Agarwal e Lucas Jr (2005) consideram um problema esta visão de “estretar o campo” e dirigi-lo apenas aos pesquisadores em SI que pode acarretar no fim do campo como disciplina acadêmica. A opinião dos autores a respeito da condução das pesquisas permeia a inclusão de estudos macro.

O que seriam estudos macro no campo de SI? Os estudos macros seriam aqueles em que o foco está no aspecto transformacional da tecnologia, de forma a comunicar o seu significado para indivíduos, organizações, indústrias e a economia (AGARWAL; LUCAS, 2005). Traz a ideia da TI como agente transformador das tarefas, das estruturas e do contexto. A contribuição dos estudos macro para o campo de SI seria a de entender que os impactos causados pela tecnologia podem estimular ideias para futuras aplicações em contextos distintos. Os estudos com esse foco pode contribuir a gestores a prever tanto impactos negativos como positivos da TI em seu modelo de negócios (AGARWAL; LUCAS JR., 2005). Nos estudos macros, o tema mudança é um contínuo foco de investigação, estudos em profundidade usando uma metodologia qualitativa a priori, para explorar e interpretar os fenômenos que ocorrem no setor em si, e a posteriori, estudos de casos específicos para entender a questão tecnológica em ambientes mais particulares (AGARWAL; LUCAS JR., 2005).

Outro ponto abordado por Agarwal e Lucas Jr. (2005) é a questão da interdisciplinaridade no campo. Os autores consideram benéficas as contribuições de pesquisadores de outras áreas do conhecimento para desenvolver o campo de SI. Porém, não pode ser esquecida a necessidade do pesquisador especialista em SI, pois são eles que muitas vezes permitem compreender os impactos da tecnologia sem tratar a área de SI como uma “caixa preta”.

Ressalta-se que os autores não propõem a extinção dos estudos micro e a popularização dos estudos macro. Muito pelo contrário! Eles enfatizam a necessidade de existir um equilíbrio entre esses dois tipos de pesquisas, visto que uma abordagem excessivamente micro no campo acaba por estreitá-lo e limitá-lo.

Considerando a construção teórica a respeito do campo de SI e uma possível crise de identidade, este artigo acredita nas ponderações expressadas por Agarwal e Lucas Jr. (2005), e será a partir de suas ponderações a respeito do tipo de pesquisa que promoverá a legitimidade do campo que esta subárea de SI, Governo Eletrônico, será analisada.

3.1 Governo Eletrônico

A partir da década de 80, com a expansão do computador de uso pessoal, cada administrador público pode usufruir desta tecnologia, e assim, possibilitar o uso da TI pelos governos em todo o mundo (YILDIZ, 2007). As TIC possuem um grande potencial para apoiar os processos de trabalho nos governos, tendo como objetivo principal o de criar uma forma de comunicação virtual com usuários e até mesmo com o próprio governo, buscando incentivar a participação cidadã e aumentar a transparência da gestão pública (VALDEZ et al, 2011). No contexto governamental, com o incremento do uso de TI surge o uso do e-Gov pelos governos, com o objetivo de dar vazão a novas demandas que os Estados estavam buscando, como a busca pela eficiência, a transparência de suas atividades e a promoção da participação dos seus cidadãos.

É consenso entre alguns autores a inexistência de uma única definição de e-Gov (YILDIZ, 2007; HEEKS e BAILUR, 2007, GIL-GARCIA e MOYANO, 2006). Esta ausência pode estar relacionada ao uso distinto em diferentes locais no mundo e, portanto, diferentes interpretações quanto à sua atividade fim.

Assim, alguns conceitos são expostos a seguir. De forma simplificada, “Governo Eletrônico tem sido definido como o uso de TIC em ambientes de governo” (GIL-GRACÍA, MOYANO, 2006, p.266). A tecnologia, nesse contexto, surge apenas como um meio de se atingir o Governo Eletrônico, porque E-gov não é visto apenas como uma forma de prestar serviços aos cidadãos e disponibilizar informações através da internet, mas como uma forma de transformar a maneira como o governo interage com os cidadãos e também a forma de interação dentro da sua própria esfera (LÖFSTEDT, 2007). De forma complementar, Valdés et al (2011) afirma que as iniciativas em e-Gov surgem através da combinação de uma necessidade de otimizar a qualidade e a eficiência dos serviços públicos aliado à aceitação da TI como um elemento importante para a busca desse objetivo.

Com base nos artigos selecionados para a realização do presente estudo, a seguir é traçado um panorama do que atualmente se pesquisa no campo objetivando detectar o foco da sua produção científica. A tabela 2 mostra a distribuição dos artigos de acordo com as categorias determinadas.

Como pode ser observado na tabela 2, 74% dos *abstracts* analisados representam os temas referentes à categoria Artefato de TI, e por conseqüência, 26% focados na categoria aspectos transformacionais em e-Gov. Entre os temas relacionados a Artefato de TI, os assuntos mais recorrentes abordados tangem a questões sobre avaliação em e-gov, aceitação e uso em e-Gov e implementação em e-Gov, representando respectivamente 16%, 14% e 10%, totalizam uma porção representativa dos estudos de 40% dos *abstracts* examinados. Em contrapartida, os estudos que abordam os aspectos transformacionais em e-Gov, os temas que mais se

destacam são as mudanças organizacionais e contextuais e *Accountability*/transparência empatados com 6% do total dos resumos analisados cada, e, de maneira similar, os temas Implicações Sociais e Políticas e Políticas Públicas em e-Gov, ambos com 4% do total cada.

Artefato de TI	74	Aspectos Transformacionais em e-Gov	26
Desenvolvimento de e-Gov	5	Mudanças organizacionais e contextuais	6
Segurança/confiança/risco em e-Gov	3	Aspectos culturais	1
Regulamentação em e-Gov	4	e-Participação	2
Desenvolvimento do artefato para e-Gov	7	Políticas Públicas em e-Gov	4
Adoção em e-Gov	5	<i>Accountability</i> /transparência	6
Artefato e Teoria em e-Gov	3	e-Democracia	1
Aceitação e uso em e-Gov	14		
Avaliação em e-Gov	16	Implicações Sociais e Políticas	
Mensuração de e-Gov	3		4
Implementação de e-Gov	10	Outros	
Inovação em e-Gov	4		3

Tabela 2 – resultado da categorização dos *abstracts*

Fonte: autores.

3.1.1 Ponderações sobre núcleo teórico em e-Gov

O que não pode ser esquecido ao realizar essa análise a respeito do campo de pesquisa de e-Gov é a sua juventude. Se o campo de Administração da Informação (ADI), como nicho de pesquisa, teve seu início na década de 1970, e é considerada uma área de pesquisa recente, o que se dirá quanto às práticas de e-Gov que se instauraram como tema de estudo após a gênese da ADI. De fato, não houve até o presente momento tempo hábil para que a área de e-Gov estabeleça seu núcleo teórico e sua identidade. Por isso, as ponderações que seguem, além de posicionar como o campo de pesquisa encontra-se atualmente, possuem o objetivo de sugerir possíveis caminhos para que as pesquisas produzidas contribuam para a construção teórica em e-Gov.

A maioria dos estudos analisados estão centrados no artefato de TI, totalizando 74% dos resumos pesquisados. Entre as questões abordadas, pode-se citar temas referentes à implementação, ao uso e aceitação e à avaliação como os temas mais recorrentes nesta categoria. De acordo com as ponderações de Agarwal e Lucas Jr. (2005), os estudos que focam o artefato de TI são denominados de abrangência micro. Conforme o pensamento desses dois autores, os estudos micro também contribuem para o campo de ADI e são bem-vindos para estruturá-lo, porém deve haver um equilíbrio sobre a produção científica entre estudos micro e macro. De acordo com o que pode ser visto nos estudos analisados, há uma carência de estudos macro na área.

Os estudos macro seriam aqueles que focam os aspectos transformacionais e de mudança que a tecnologia impôs as tarefas, as estruturas e ao contexto em que está inserido. Como pode ser visto na análise realizada, poucos esforços estão sendo feitos para a produção de artigos que abordem estes aspectos, representando apenas 26% dos estudos que envolvem o tema e-Gov. Os temas com maior expressão nessa abordagem são aqueles relacionados a mudanças organizacionais e contextuais, *accountability* /transparência, implicações sociais e políticas e Políticas Públicas em e-Gov que representam 20% do total dos artigos analisados.

Tendo em vista os argumentos expostos, sugere-se aos pesquisadores do campo que invistam em questões macro em suas investigações, que foquem nas mudanças que a tecnologia impõe

ao contexto em si, comunicando o seu significado para indivíduos, organizações, indústrias e economia (AGARWAL; LUCAS JR., 2005). Nesta perspectiva, os autores recomendam que se realizem estudos em profundidade, utilizando método qualitativo, a fim de compreender os fenômenos que ocorrem no campo de e-Gov, e em um segundo momento, realizar estudos de casos para entender, in loco, questões mais pontuais (AGARWAL; LUCAS JR., 2005).

Para finalizar a discussão do tema e-Gov, considera-se que é um assunto que se encontra em uma região de fronteira, na qual se comunica com outras áreas do conhecimento. Sendo assim, nada mais justo que outras teorias ajudem a construir um núcleo teórico para o campo. Contudo, não pode ser esquecido que por se tratar de uma tecnologia que possui como contexto a esfera pública, necessita se apoiar também em teorias oriundas deste campo, pois a lógica do ambiente público é diferente da lógica do ambiente privado. Conforme o que foi verificado nos estudos visitados, inúmeras áreas de conhecimento são procuradas para dar embasamento aos argumentos dos autores, tais como: planejamento, estratégia, inovação, comportamento do consumidor, dentre outras. Todavia, é visível a ausência de um embasamento teórico que aborde questões oriundas da gestão pública e que é importante de ser explorado num futuro próximo.

Considerando as questões de interdisciplinaridade no campo, elas não são vistas por Agarwal e Lucas Jr. (2005) como algo que venha a enfraquecer a área de pesquisa, ao contrário, vêm a contribuir para o seu crescimento. Porém, conforme eles mesmos afirmaram, é necessário nesses estudos que sempre haja um pesquisador do campo de ADI, para que possíveis interpretações errôneas a respeito da tecnologia sejam evitadas.

4. Considerações Finais

O campo de pesquisa de ADI vem crescendo nas últimas décadas, acompanhando as mudanças e evoluções tecnológicas que instigam novos estudos e novos nichos de investigação. As pesquisas que permeiam assuntos que envolvem SI são relativamente recentes, em torno de quatro décadas. Frente a outras áreas de conhecimento que estruturam suas teorias a um tempo relativamente maior, o campo de ADI vem construindo em pouco espaço de tempo suas bases teóricas. Vista essa prematuridade, alguns esforços devem ser feitos para que o campo de pesquisa seja reconhecido como legítimo e relevante para o ambiente acadêmico.

Esse artigo se propôs a analisar dentre o campo de pesquisa de ADI o tema e-Gov e verificar o que se produz no campo atualmente, através de uma análise de conteúdo dos resumos dos artigos da *Government Information Quarterly*, e a partir dos conceitos de Agarwal e Lucas Jr. (2005) **verificar onde se encontra o campo e para onde ele deve ir** em termos de pesquisa científica. O que foi constatado, ao analisar estes estudos, é que há um desequilíbrio entre os esforços de produção científica entre os estudos micro e macro. Há uma maior propensão ao fomento de pesquisas micro, que focam o artefato de TI, das mais diferentes formas. Para que haja um equilíbrio nesse ambiente, é necessário que se promova um estímulo aos pesquisadores a produção de estudos macro, aqueles que foquem os aspectos transformacionais trazidos pela tecnologia, que modifica a forma como as pessoas executam seu trabalho e até mesmo transformam o contexto em que os indivíduos e organizações estão inseridos.

A contribuição de teorias de outras áreas do conhecimento vem a enriquecer e a diversificar a forma como se vê a tecnologia no campo. Mas é importante que além de áreas como estratégia, marketing, inovação e planejamento contribuam para a formação da área, é necessária que a inserção de questões teóricas que envolvam o ambiente público também sejam resgatadas, pois esse é o local em que o e-Gov está inserido e essa contribuição teórica tem e muito a promover o entendimento dos fenômenos que abrangem tais práticas.

Este estudo apresenta limitações, entre elas pode-se citar a questão da escolha de apenas um periódico para mapeamento do tema e-Gov. Todavia, é importante ressaltar que essa limitação se deu frente ao critério adotado para escolha da revista indicada na metodologia desse trabalho. Outra questão que pode vir a limitar esse estudo é o marco temporal estipulado de 2007 a 2011. Sugestões para evitar possíveis limitações é aumentar a amplitude temporal para pesquisa dos artigos e também incluir outros periódicos que possuam o tema e-Gov como foco de aceite da revista.

Como sugestão de futuras pesquisas, este ensaio teórico aconselha aos pesquisadores no campo de pesquisa em ADI, frente às discussões referentes aos esforços de produção de um núcleo teórico no campo de pesquisa, é que cada subárea “olhe para dentro” de seu nicho de pesquisa e comece a refletir sobre o que está sendo produzido com o objetivo de verificar a maturidade do campo de estudo e também para direcionar possíveis pesquisas que impulsionem a construção de discussões mais densas e representativas. Dessa forma, os pesquisadores estarão contribuindo para a estruturação do campo de ADI, evitando assim futuros questionamentos sobre a representatividade do campo. Outra sugestão de futuros estudos é a questão da autoria dos artigos na área, referente à interdisciplinaridade que está em ascensão no campo de pesquisa, de modo a verificar se está sendo respeitada a questão de ter um pesquisador próprio da área de TI

Referências Bibliográficas

- AGARWAL, R.; LUCAS JR, H.C (2005) “The information systems identity crisis: focusing on high-visibility and high-impact research” *MIS Quarterly*, v.29, n.3, pp. 381-398.
- ALTER, Steven (2003) “The IS Core – XI: Sorting out Issues about the Core, Scope, and Identity of the IS Field” *Communications of the Association for Information Systems*, v.12, Article 41, pp.607-628.
- BARDIN, Laurence (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- BENBASAT, Izak; ZMUD, Robert W (2003) “The Identity Crisis Within the IS Discipline: Defining and Communicating the Discipline’s Core Properties” *MIS Quarterly*, v.27, n.2, pp.183 – 194.
- DEANS, Candace P. (2003) The IS Core – III “The Core Domain Debate and the International Business Discipline: A Comparison” *Communications of the Association for Information Systems*, v.12, Article 33, pp. 546-552.
- DUFNER, Donna (2003) “The IS Core-I: Economic and Systems Engineering Approaches to IS Identity” *Communications of the Association for Information Systems*, v.12, Article 31, pp.527-538.
- EL SAWY, Omar A. (2003) “The IS Core IX: The 3 Faces of IS Identity: Connection, Immersion, and Fusion” *Communications of the Association for Information Systems*, v.12, Article 39, pp. 588-598.
- GIL-GARCIA, J. Ramon ; MOYANO, Ignacio J. Martinez (2006) “Understanding the evolution of e-government: The influence of systems of rules on public sector dynamic” *Government Information Quarterly*, v.24, n.2, pp.266–290.
- GUTHRIE, Ruth A (2003) “The IS Core - V: Defining the IS Core” *Communications of the Association for Information Systems*, v.12, Article 35, pp.557-561.
- HEEKS, Richard; BAILUR, Savita (2007) “Analyzing e-government research: Perspectives, philosophies, theories, methods, and practice” *Government Information Quarterly*, v.24, n.2, pp.243-265.
- Holland, C. P (2003) “The IS Core X: Information Systems Research and Practice: IT Artifact or a Multidisciplinary Subject?,” *Communications of the AIS*, November, pp. 599-606.
- LÖFSTEDT, Ulrica (2007). “E-Government services in local governments – a study of development in Swedish municipalities” *Journal of Organizational Transformation and Social Change*, v.4, n.2, pp.157-176.

- MYERS, M. D (2003) "The IS Core VIII: Defining the Core Properties of the IS Disciplines: Not Yet, Not Now,". *Communications of the AIS*, November 2003, pp. 582-587.
- MCCUBBREY, Donald J (2003) "The IS Core-IV: IS Research: A Third Way" *Communications of the Association for Information Systems*, v.12, Article 34, pp.553-556.
- POWER, Daniel J (2003) "The IS Core-II: The Maturing IS Discipline: Institutionalizing our Domain of Inquiry" *Communications of the Association for Information Systems*, v.12, Article 32, pp. 539-545.
- SAUNDERS, Carol; WU, Yu "Andy" (2003) "The IS Core - VI: Further Along the Road to the IT Artifact" *Communications of the Association for Information Systems*, v. 12, Article 36, pp. 562-567.
- SCHOLL, Hans Jochen (2006) "Electronic government: information management capacity, organizational capacities, and the sourcing mix" *Government Information Quarterly*, v.23, n. 1, pp.73-96.
- VALDÉS et al (2011) "Conception, development and implementation of an e-Government maturity model in public agencies" *Government Information Quarterly*, v.28, n.2, pp.176-187.
- WESTLAND, J. Christophe (2003) "The IS Core XII: Authority, Dogma, and Positive Science in Information Systems Research" *Communications of the Association for Information Systems*, v.13, Article 12, pp. 136-157.
- YILDIZ, Mete (2007) "E-government research: Reviewing the literature, limitations, and ways forward" *Government Information Quarterly*, v.24, n.3, pp.646-665.